



CONSULTA

(PROCESSO N. 01576/25/TCERO)

O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE O DIREITO À LICENÇA-PRÊMIO DURANTE O EXERCÍCIO DE MANDATO PARLAMENTAR

OBJETIVO

Esclarecer se o servidor público estadual, depois de cumprir o tempo exigido para ter direito à licença-prêmio, pode receber esse benefício em dinheiro enquanto exerce mandato parlamentar e se o período do mandato pode ser contado como tempo de trabalho para adquirir a licença-prêmio.

A licença-prêmio é um benefício que permite ao servidor, após 5 anos de trabalho, ficar 3 meses afastado do serviço, recebendo o salário normalmente. Em algumas situações previstas em lei, esse benefício pode ser pago em dinheiro.

CONTEXTO



VERIFICAÇÃO SE O TEMPO DE MANDATO PARLAMENTAR CONTA COMO TEMPO DE TRABALHO PARA RECEBER LICENÇA-PRÊMIO



O EXERCÍCIO DE MANDATO PARLAMENTAR IMPEDE O USO DA LICENÇA-PRÊMIO



APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 68/1992

DECISÃO

- ✓ O TCERO esclareceu que a licença-prêmio só pode ser transformada em dinheiro nas situações previstas em lei, especificamente nos §§ 1º, 4º e 5º do artigo 123 da Lei Complementar Estadual n. 68/1992. O exercício de mandato parlamentar não está entre essas situações.
- ✓ Isso significa que o servidor não pode pedir a licença-prêmio em dinheiro apenas por estar exercendo mandato parlamentar, pois não há autorização legal para isso. Apesar disso, o direito à licença-prêmio permanece garantido, mesmo que não possa usar a licença durante o mandato.
- ✓ O TCERO também esclareceu que, quando a lei permite a conversão em dinheiro, o pedido deve ser feito ao órgão de origem do servidor, que é responsável por analisar se o pedido é legal e se o pagamento é adequado naquele momento.
- ✓ Nessas situações, o valor do pagamento da licença-prêmio deve ser calculado com base na remuneração do cargo efetivo do servidor, sem incluir o subsídio, que é o valor recebido pelo mandato parlamentar.
- ✓ Por fim, o Tribunal explicou que o período em que o servidor atua como parlamentar pode ser contado como tempo efetivo de trabalho para adquirir a licença-prêmio, desde que ele mantenha o vínculo como servidor público e cumpra os requisitos legais.

LEGISLAÇÃO



SIMPLIFICA TCERO!

Este documento tem caráter informativo e foi criado para facilitar o acesso e a compreensão das decisões do TCERO. A proposta é promover uma comunicação mais simples, transparente e acessível.